



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

Publicado no mural em

15/12/16

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

DECRETO Nº 485/2016

Regulamenta a aplicação da Instrução Normativa SCV Nº 001/2016, que dispõe sobre as Rotinas e Procedimentos do Sistema de Convênios e Consórcios (SCV) a serem observados no âmbito da estrutura administrativa do Executivo Municipal no que tange a critérios e procedimentos para Celebração, Controle e Prestação de Contas de Convênios e Congêneres concedidos e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Fundão, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI, artigo 55 da Lei Orgânica do Município e, de acordo com a Lei Complementar nº. 873, de 26 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Fundão, ES, no âmbito da Prefeitura Municipal de Fundão, abrangendo as Administrações Direta e Indireta,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Instrução Normativa SCV nº. 001/2016, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos, departamento de Convênios, que dispõe sobre critérios e procedimentos para Celebração, Controle e Prestação de Contas de Convênios e Congêneres concedidos, fazendo parte integrante deste Decreto.

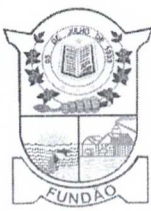
Art. 2º - Caberá à unidade responsável a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Fundão, em 15 de dezembro de 2016.


MARIA DULCE RUDIO SOARES
Prefeita Municipal de Fundão



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCV Nº 001/2016. SCV – SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

“Dispõe sobre critérios e procedimentos para Celebração, Controle e Prestação de Contas de Convênios e Congêneres concedidos, estabelecendo rotinas no âmbito do Município de Fundão e dá outras providências.”

VERSÃO: 001
DATA: 15/12/2016
ATO DE APROVAÇÃO: Decreto Municipal nº 485 de 15 de dezembro de 2016
UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos (SEMGER),
por intermédio do Departamento de Convênios

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º. A presente instrução normativa dispõe sobre os procedimentos para Celebração, Controle e Prestação de Contas de Convênios e Congêneres concedidos e dá outras providências, estabelecendo rotinas no âmbito do Município de Fundão.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Abrange todas as unidades da estrutura organizacional, das administrações Direta e Indireta, quer como executoras de tarefas, quer como fornecedoras ou receptoras de dados e informações em meio documental ou informatizado.

CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

Art. 3 . Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

- I. **Transferência voluntária:** o repasse de recursos correntes ou de capital do Município para a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, a título de convênio ou outros instrumentos congêneres;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

- II. **Convênio:** instrumento jurídico formal que disciplina as transferências voluntárias de recursos públicos e que tenham como partícipes entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, independentemente da denominação empregada, enquanto que será tratado como contrato sempre que os participantes tenham interesses diversos e contraposição de prestações;
- III. **Termo de Cooperação:** instrumento legal que tem por objeto a execução descentralizada, em regime de mútua colaboração, de programas, projetos e/ou atividades de interesse comum, que resulte no aprimoramento das ações de governo;
- IV. **Concedente:** o Município responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do ato de transferência voluntária;
- V. **Conveniente:** entidades privadas sem fins lucrativos, partícipes da formalização do ato de transferência voluntária, mediante convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres;
- VI. **Interveniente:** órgão do Município de Fundão ou entidade privada sem fins lucrativos, que participa do ato de transferência voluntária, formalizado mediante convênio ou outro instrumento congêneres, para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;
- VII. **Executor:** entidade privada sem fins lucrativos, recebedora dos recursos e responsável direto pela execução do objeto do ato de transferência voluntária, formalizado mediante convênio ou outro instrumento congêneres;
- VIII. **Termo Aditivo:** instrumento que tenha por objetivo a modificação dos instrumentos formais de repasse já celebrados, formalizado durante sua vigência, visando à alteração de valores, prazos ou obrigações;
- IX. **Objeto:** produto final do ato de transferência voluntária, formalizado mediante termo de convênio ou outro instrumento congêneres, definido de forma clara e analítica, observado o respectivo programa de trabalho e suas finalidades;
- X. **Plano de Trabalho:** peça integrante do ato de transferência voluntária, formalizado mediante termo de convênio ou outro instrumento congêneres, que especifica as razões para celebração, descrição do objeto, metas e etapas a serem atingidos, planos de aplicação dos recursos, cronograma de desembolso, prazos de execução e os critérios objetivos de avaliação;
- XI. **Termo de cumprimento dos objetivos:** documento emitido pela Unidade Gestora dos recursos ou interveniente definido no instrumento formal, constando o nome



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

e a assinatura do profissional habilitado a emití-lo, matrícula funcional e ato da autoridade competente que o designou para o trabalho de acompanhamento da aplicação de recursos correntes;

- XII. **Termo de recebimento provisório da obra:** documento circunstanciado de que trata o art. 73, I, a, da Lei nº 8.666/1993, emitido pela Secretaria Gestora dos recursos ou interveniente definido no instrumento formal, constando o nome e assinatura do profissional habilitado a emití-lo, matrícula funcional e ato da autoridade competente que o designou para o trabalho de acompanhamento da aplicação dos recursos capitais, liberados para obras e instalações, atestando, no prazo estabelecido, o recebimento provisório;
- XIII. **Termo de conclusão ou de recebimento definitivo da obra:** documento circunstanciado de que trata o art. 73, I, b, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, emitido pela Unidade Gestora dos recursos ou interveniente definido no instrumento formal, constando o nome e assinatura do profissional habilitado a emití-lo, matrícula funcional e ato da autoridade competente que o designou para o trabalho de acompanhamento da aplicação dos recursos capitais, liberados para obras e instalações, atestando, no prazo estabelecido, ao recebimento definitivo;
- XIV. **Entidade:** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída e regular na forma da lei, que participa da formalização do ato de transferência voluntária;
- XV. **Subvenções econômicas:** nos termos dos arts. 12, II, e 16, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, as que se destinam às empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril, expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento do Município.

CAPÍTULO IV DA BASE LEGAL E REGULARMENTAR

Art. 4º. A presente Instrução Normativa será executada com base nas disposições legais/normativas:

- I. Constituição Federal de 1988
- II. Lei Federal nº 8666/93 – Licitações e Contratos;
- III. Portaria Interministerial nº 127/2008;
- IV. Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria de Tesouro Nacional.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

Art. 5º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

- I. Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as unidades executoras e supervisionar sua aplicação;
- II. Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Controladoria-Geral do Município para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

Art. 6º São responsabilidades das Unidades Administrativas como executoras da Instrução Normativa:

- I. Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e a participação no processo de atualização;
- II. Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;
- III. Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;
- IV. Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto a padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º Das responsabilidades da Controladoria-Geral do Município:

- I. Prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange a identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;
- II. Através de atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS

Seção I DA FORMALIZAÇÃO

Art. 8º A formalização do ato de transferência voluntária, mediante convênio, ajuste, cooperação, acordo ou outro instrumento congêneres será proposta pela entidade à Unidade Gestora dos recursos, mediante a apresentação do Plano de Trabalho, além dos seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

- I. Ofício de encaminhamento do conveniente;
- II. Cópia do Documento de Identidade, do CPF e comprovante de residência do dirigente da entidade;
- III. Termo de abertura de conta/extrato zerado de conta específica para o convênio;
- IV. CNPJ, cópia da Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria da Entidade ou Ato de Designação, acompanhada do Regimento Interno ou Estatuto Social devidamente registrado em cartório, cujo objeto demonstre compatibilidade com o interesse público, e que seus membros da diretoria não percebam qualquer espécie de remuneração;
- V. Razões que justifiquem a formalização do ato de transferência voluntária, mediante convênio, ajuste, cooperação, acordo ou outro instrumento congêneres;
- VI. Descrição completa do objeto a ser executado;
- VII. Descrição de metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente;
- VIII. Etapas ou fases de execução do objeto, com previsão de início e fim;
- IX. Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo Município e a contrapartida financeira da entidade proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento;
- X. Cronograma de desembolso;
- XI. Comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o ato de transferência voluntária tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias em imóvel;
- XII. Declaração emitida pela Secretaria Gestora dos recursos de que a entidade detém comprovadas e satisfatórias condições técnicas de funcionamento, recursos humanos disponíveis para consecução do seu objeto e atribuições regimentais ou estatutárias relacionadas com o mesmo;
- XIII. Certidões de regularidades junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS.

Parágrafo único. Integrará o Plano de Trabalho a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras ou serviços, o projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, com nível de precisão adequado, a obra ou serviço objeto do ato de transferência voluntária, ou nele envolvida, sua viabilidade técnica, custo, fases ou etapas e prazos e execução, devendo, ainda, conter os elementos discriminados no inciso §1º, do art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 9º Atendidas às exigências previstas no artigo anterior, o termo de convênio ou outro instrumento congêneres conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Número do instrumento, em ordem sequencial;
- II. Razão social, CNPJ e endereço da entidade que esteja firmando o instrumento, bem como a respectiva natureza jurídica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

- III. Nome completo, endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e o CPF dos respectivos titulares das entidades partícipes do ato de transferência voluntária ou daqueles que estiverem atuando por delegação de competência.

Art. 10º Além das informações acima citadas, o ato de transferência voluntária deverá conter, ainda, o seguinte:

- I. O objeto e seus elementos característicos com a descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretendem realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho que integrará o ato de transferência voluntária independentemente de transcrição e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias do Município;
- II. O valor do repasse e da correspondente contrapartida, quando houver, depositados na conta corrente específica de movimentação dos recursos e a obrigação de cada um dos partícipes, inclusive quanto ao pagamento de encargos sociais e da regularidade da obra, quando tratar-se de execução de obras ou benfeitorias em imóvel;
- III. A vigência que deverá ser fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;
- IV. A prerrogativa do Município, exercida pela Secretaria Gestora dos recursos, de conservar a autoridade normativa e exercer o controle e a fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;
- V. A classificação econômica da despesa, de acordo com a classificação das despesas orçamentárias, em conformidade ao ato normativo do Poder Executivo;
- VI. A forma de liberação de recursos, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;
- VII. A obrigatoriedade da entidade conveniente de apresentar relatórios da execução do objeto do Convênio à Secretaria Gestora dos recursos, bem como do dever de prestar contas ao Município dos recursos recebidos, no prazo e forma estabelecidos no ato de transferência voluntária nesta Instrução Normativa, Decreto Normativo e em demais atos normativos do Município;
- VIII. A definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação pertinente;
- IX. A faculdade aos partícipes do ato de transferência voluntária para denunciá-lo ou rescindi-lo, a qualquer tempo, imputando-se lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;
- X. A obrigatoriedade de restituição de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira ao Município, quando não utilizado no objeto do mesmo até a data de conclusão ou extinção do instrumento de convênio ou similar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

- XI. A garantia do livre acesso dos membros da Secretaria Gestora dos recursos, da Controladoria-Geral do Município, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- XII. A observância quanto à obrigatoriedade de licitação para as entidades sujeitas ao procedimento licitatório e de cotação de preços para as entidades não sujeitas ao procedimento licitatório.

Art. 11. O compromisso da entidade conveniente em restituir ao Município o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- I. Realização de despesas a título de gerência, multas de qualquer natureza, juros, correção monetária ou similar;
- II. Pagamento a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de Órgão ou Entidade Pública da Administração Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- III. Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- IV. Realização de despesa em data anterior ou posterior a vigência;
- V. Atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos;
- VI. Realização de despesa com multas, juros e correção monetária, referentes a pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;
- VII. Realização de despesa com publicidade, salvo de caráter educativo, informativo ou de orientação social, dos quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos;
- VIII. Quando não for executado o objeto do ato de transferência voluntária;
- IX. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final.

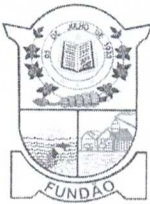
Art. 12. A indicação pelo Município de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento e despesas decorrentes, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que, anualmente, constarão do orçamento durante o prazo de sua execução.

Seção II

DA ASSINATURA E PUBLICIDADE

Art. 13. Assinarão o ato de transferência, obrigatoriamente, todos os partícipes, duas testemunhas devidamente qualificadas, inclusive o interveniente, se houver.

Art. 14. A eficácia do ato e seus aditivos, independentemente de seu valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município no prazo de 10 (dez) dias



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

contados de sua assinatura, que será providenciada pelo Concedente, contendo os seguintes elementos:

- I. Espécie, número do instrumento e ano do processo;
- II. Identificação dos partícipes e respectivo número de inscrição no CNPJ;
- III. O objeto;
- IV. Valor do instrumento especificando o montante a ser repassado pelo concedente e o valor da contrapartida do Convenente, quando houver;
- V. Indicação da classificação orçamentária funcional programática (Unidade Orçamentária, Programa, Projeto/Atividade, Natureza de Despesa), fonte de recursos, por onde correrão as despesas pelo concedente;
- VI. Data de assinatura do instrumento e prazo de vigência.

Seção III

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 15. Após a assinatura e publicação do Convênio, a Secretaria responsável solicitará a liberação da parcela correspondente para realizar a sua execução na forma do Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho aprovado.

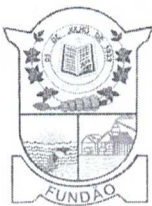
Art. 16. Os recursos serão liberados pelo Município conforme disponibilidade de Caixa e em estrita conformidade com o Plano de aplicação aprovado.

Art. 17. A liberação dos recursos deve ocorrer mediante depósito bancário, em conta corrente da Entidade, aberta em instituição financeira oficial (Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES S.A, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), com finalidade específica da movimentação dos recursos do convênio.

Art. 18. Os recursos transferidos serão mantidos pelo Convenente em instituição financeira oficial, em conta bancária específica, somente sendo permitida movimentação oriunda da execução do Convênio, cujas despesas deverão estar previstas no Plano de Trabalho, ser comprovadas através de documento fiscal correspondente, com pagamento por meio de ordem bancária ou transferência eletrônica ao credor, ou ainda para aplicação no mercado financeiro.

Parágrafo único. Os recursos de convênio, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, e em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou ainda em operação de mercado aberto lastreada em título de dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Art. 19. Prestação de contas é a documentação apresentada para comprovar a execução de uma parcela recebida ou dos recursos recebidos ao longo de sua vigência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

Art. 20. O Órgão ou Entidade que receber recursos, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, ficará sujeito a apresentar ao Concedente a prestação de contas do total dos recursos recebidos, da respectiva contrapartida e da aplicação financeira, se for o caso.

Art. 21. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

- I. Ofício de encaminhamento;
- II. Cópia do Termo de Convênio;
- III. Cópia do Plano de Trabalho;
- IV. Relatório da execução da Receita e da Despesa;
- V. Relação de Pagamentos (nome do fornecedor, CNPJ, nota fiscal, data da nota, data e número do cheque e valor);
- VI. Conciliação Bancária, mesmo quando o saldo for zero;
- VII. Cópia do termo de aceitação definitiva da obra ou serviço de engenharia, quando for o caso de obras, atestado pelo engenheiro responsável;
- VIII. Cópia de Notas Fiscais, com Certidões do FGTS e INSS do fornecedor;
- IX. Extrato mensal da conta bancária, identificando o crédito recebido e aplicado;
- X. Extrato mensal de aplicação financeira se houver;
- XI. Processo licitatório dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;
- XII. Folha de frequência de pessoal cedido pela conveniente, se houver;
- XIII. Comprovante de depósito bancário, em conta a ser fornecida pela Concedente, do valor do recurso não utilizado dentro do período de vigência do convênio;
- XIV. Demonstrativo de preço de mercado no mínimo 03 (três) orçamentos com CNPJ, CPF com assinatura dos seus respectivos responsáveis;

§ 1º A Nota Fiscal será entregue pelo fornecedor e deverá ser emitida em nome da Entidade, devendo observar, ainda, as seguintes informações e aspectos:

- a) Expressão "Nota Fiscal", o seu respectivo número serial e a sua data de validade para emissão;
- b) O nome da Empresa (Razão Social) e os Cadastros de CNPJ, Inscrição Estadual e/ou Inscrição Municipal, quando possível;
- c) Endereço completo;
- d) Inexistência de rasuras, borrões ou qualquer outra forma de adulteração;
- e) Data de emissão;
- f) Obrigatoriamente ao preencher a nota fiscal colocar o número do convênio e o seu objeto resumidamente.

Art. 22. A prestação de contas será apresentada à unidade concedente em até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo previsto para a aplicação da última parcela transferida ou para o cumprimento total das obrigações pactuadas.

Art. 23. Poderão ser apresentadas prestações de contas parciais, relativas a diversas etapas de execução do objeto, precedendo a prestação de contas final.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

Art. 24. O processo de prestação de contas dos recursos deverá ser encaminhado, através de ofício, à Concedente pelo protocolo, que submeterá o mesmo a uma análise de conformidade do Departamento Municipal de Convênios devendo:

- I. Verificar se toda a documentação foi apresentada, o objeto do convênio foi executado e se a verba foi utilizada adequadamente conforme o Plano de Trabalho pela Entidade Conveniada. Caso houver rejeição a Secretaria responsável notificará a Entidade para a regularização, tomando as medidas cabíveis para tal;
- II. Caso a documentação esteja regular, comunicará a aprovação à Secretaria responsável, que encaminhará a Secretaria de Finanças a solicitação de liquidação da parcela subsequente, se houver;
- III. Encaminhar a prestação de contas analisada à Secretaria responsável para a devida apreciação do respectivo Conselho Municipal, quando for o caso;
- IV. Acompanhar a execução do convênio, bem como dirimir as dúvidas do conveniente quanto às obrigações e compromissos assumidos com a aplicação do recurso público.

Art. 25. O Município adotará medidas saneadoras e judiciais cabíveis à má utilização dos recursos públicos por parte da Entidade que receber qualquer Subvenção ou Contribuição, exigindo, quando for o caso, a devolução do valor corrigido ao Erário Municipal.

Seção V DAS VEDAÇÕES

Art. 26. É vedado a qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal:

- I. Celebrar Convênios ou Termos Aditivos para transferência de recursos a Órgãos, a Entidades públicas e privadas ou a pessoas físicas que estejam em mora com a administração pública ou inadimplente com outros convênios;
- II. Celebrar Convênios ou Termos aditivos com entidades sem fins lucrativos que não atendam a todas as exigências desta Instrução Normativa e aos demais requisitos estabelecidos na lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, especialmente quanto ao cumprimento das disposições constitucionais e da Lei Complementar federal 101/2000, ressalvados os casos de calamidade pública oficialmente declarada;
- III. Celebrar Convênios para o mesmo objeto, exceto quando se tratar de ações complementares, devendo ficar consignado que cada parcela se limitará à execução do objeto do respectivo Convênio.

Art. 27. É vedada a inclusão, tolerância ou admissão no instrumento de Convênio, sob pena de nulidade do ato e responsabilização do agente que der causa, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

- I. A realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II. O pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de Órgão ou de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

Entidades da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes;

- III. O aditamento do Convênio para alteração do objeto pactuado;
- IV. A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- V. A realização ou pagamento de despesas em data posterior ou anterior à sua vigência;
- VI. A atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- VII. A realização de despesas com multas, juros ou correção monetária referente a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora do prazo, salvo se decorrer de atraso na liberação do recurso pelo Concedente;
- VIII. A transferência de recursos ou bens para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- IX. A realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CAPÍTULO VII DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 28. Nenhum Termo de Convênio será celebrado sem o atendimento a esta Instrução Normativa e a legislação vigente.

Art. 29. Não se aplicam as exigências desta Instrução Normativa aos instrumentos:

- I. Cujas execução de um programa, projeto ou atividade, não envolva a transferência de recursos entre os partícipes, devendo o Termo de Cooperação ser o instrumento preferencialmente utilizado nestes casos;
- II. Celebrados anteriormente a data de sua publicação, devendo ser observadas, neste caso, as prescrições normativas vigentes à época de sua celebração.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais e/ou técnicos assim exigirem a fim de verificar a sua adequação aos requisitos da Instrução Normativa SCI nº 001, bem como manter o processo de melhoria contínua dos serviços públicos municipais.

Art. 31. Os esclarecimentos adicionais a respeito desta Instrução poderão ser obtidos junto à Controladoria-Geral do Município que, por sua vez, por meio de procedimentos de auditoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas Unidades Executoras.

Art. 32. Integram-se esta Instrução Normativa os seguintes anexos:

- I. Anexo I - Dados Cadastrais da Instituição;
- II. Anexo II - Declaração que não emprega menor;
- III. Anexo III - Declaração de que não se encontra em mora e nem em débito;
- IV. Anexo IV - Plano de Trabalho;
- V. Anexo V - Ofício ao chefe do poder executivo;
- VI. Anexo VI - Balancete de Prestação de Contas de Recursos; e
- VII. Anexo VII - Relatório de Execução Físico-Financeira.

Art. 33. Outras recomendações não mencionadas nesta Instrução Normativa, deverão ser obedecidas às demais legislações vigentes.

CAPÍTULO XI DA APROVAÇÃO

Art. 34. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

E por estar de acordo, firmo a presente instrução normativa em 03 três vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Fundão, ES, 15 de dezembro de 2016


JORGE FERNANDO PRATES RIBEIRO
Controlador Geral


CARLOS MAGNO BARBOSA FRACALOSSO
Secretário Municipal de Gestão e Recursos Humanos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

ANEXO I

(Dados Cadastrais)

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO		
Nome da Instituição:		
CNPJ:		
Endereço:		
Bairro:		
Cidade:		
Telefone:		
Fax:		
Endereço Eletrônico: (E-mail):		
Nome do Presidente:		
CPF:		
C.I./Órgão Expedidor:		
1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO		
Data da Fundação:		
Sede: Própria () Alugada () Disponibilizada ()		
Objetivo Estatutário da Instituição:		
Data da Eleição da Atual Diretoria:		
Tempo de Mandato:		
1.2 INFRAESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO		
Possui carro: Sim () Não () Quantidade:		
Próprio () Alugado () Cedido ()		
Possui Bens Imóveis : Sim () Não ()		
Descrição:		
Adquiridos com:		
Rec. Próprios () Re. Convênios () Doação ()		
CONTA CORRENTE		
Nº	Banco/Agencia:	Praça de Pagamento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

ANEXO II

(Declaração que não emprega menor)

DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

Fundão, ES, _____ de _____ de 20____.

(Representante Legal da Entidade)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

ANEXO III

(Declaração de que não se encontra em mora e nem em débito)

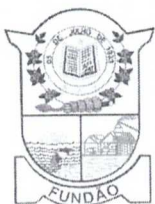
DECLARAÇÃO

Declaro, que a Entidade _____ não se encontra em mora ou com débito perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação do artigo 299 do Código Penal.

Fundão, ES, ____ de _____ de 20 ____.

(Representante Legal da Entidade)

(Contador quando houver)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos

ANEXO IV

PLANO DE TRABALHO

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Execução Início: _____ Término: _____
<u>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:</u>	
<u>JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:</u>	

2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quant.	Início	Término

3. PLANO DE APLICAÇÃO

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
Total Geral				

4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CONCEDENTE

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$